

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS: A IMPLEMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ACOMPANHAR CRIANÇAS COM CONDIÇÕES ESPECIAIS NAS ESCOLAS¹

Cauê Emig de Araujo², Diego Eduardo Weber³, Emanuelli Fonseca de Aguiar⁴, Joana Helena Schwiderke⁵ e Matheus Gabriel Hasse⁶

¹ Trabalho desenvolvido na disciplina de Projeto Integrador do curso de Direito da UNIJUI, sob orientação do Prof. Dr. Thiago dos Santos da Silva e mentoria da Gabriela Simões Roso.

² Aluno do Curso de Direito da Unijui-RS, *campus* Ijuí. E-mail: caue.araujo@sou.unijui.edu.br.

³ Aluno do Curso de Direito da Unijui-RS, *campus* Ijuí. E-mail: diego.weber@sou.unijui.edu.br.

⁴ Aluna do Curso de Direito da Unijui-RS, *campus* Ijuí. E-mail: emanuelli.aguiar@sou.unijui.edu.br.

⁵ Aluna do Curso de Direito da Unijui-RS, *campus* Ijuí. E-mail: joana.schwiderke@sou.unijui.edu.br.

⁶ Aluno do Curso de Direito da Unijui-RS, *campus* Ijuí. E-mail: matheus.hasse@sou.unijui.edu.br.

A Lei 13.146/2015 traz que trabalhar com crianças especiais, pela importância, merece uma atenção singular. O presente projeto propõe analisar a capacitação dos profissionais que realizam a assistência dessas crianças, compreendendo, portanto, a importância da implementação de profissionais especializados. Este estudo justifica sua relevância social e acadêmica enquanto busca formas de fomentar os gestores municipais, capacitar seus educadores e toda a comunidade escolar, a fim de promover pleno e qualificado acesso à educação aos que necessitam de educação especializada. Tem-se por objetivo central, propor a implementação e qualificação de profissionais nas escolas municipais do município de Augusto Pestana, para melhorar a qualidade educacional e a inclusão de crianças com condições especiais no âmbito escolar. Já como objetivos específicos: a) fomentar e/ou criar campanhas públicas de conscientização da sociedade sobre as necessidades das crianças com condições especiais; b) preservação da aprendizagem comum com a inclusão das crianças especiais sem a exclusão das mesmas; c) evidenciar a importância do profissional capacitado no desenvolvimento intelectual da criança com deficiência; d) mostrar aos pais que possuem filhos com necessidade de algum acompanhamento especial sobre seus direitos; e) levantar dados sobre as necessidades das crianças com condições especiais no município de Augusto Pestana. Aplica-se o método de pesquisa hipotético-dedutivo, adotando igualmente como ferramenta, a pesquisa campo, apresentada por meio de entrevistas semi estruturadas, as quais serão apresentadas e analisadas no decorrer do estudo. A situação do público infantil especial, revela a urgência de diálogo sobre suas demandas e direitos. Evidencia-se que os impedimentos dessas crianças acarretam uma série de transformações em suas vidas e de suas famílias. Com isso, os desafios percebidos neste estudo, vão desde mudanças emocionais, até limitações físicas, intelectual, mental e sensorial. Desse modo, após a análise da importância das Políticas Públicas destinadas ao público infantil, enfatiza-se, a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual regula e defende os interesses destas, na mesma medida em que se relembra a necessidade da atuação constante do Poder Público. Compreendendo a necessidade de ações que visem não apenas a garantia de direitos ao público infantil junto ao município de Augusto Pestana/RS, mas, também, buscando maior conscientização acerca da importância das crianças, defende-se a implementação e qualificação de profissionais, o qual, como já reiterado, pode se apresentar como uma alternativa viável para que este público tendo acesso aos cuidados e atendimentos necessários às suas demandas.

Palavras-chave: Direitos Humanos e Fundamentais. Educação Especializada. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Políticas públicas. Qualidade educacional.